

Título: Ensaio acerca da teoria de Wolfgang Iser

Ronaldo Ferrito; mestrando em ciência da literatura; área: Poética

INTRODUÇÃO

Este ensaio tenciona refletir acerca da teoria de Wolfgang Iser, a partir de seu texto *O Fictício e o Imaginário - Perspectivas de uma Antropologia Literária*.

A tarefa aqui de delinear um esboço sobre a teoria ou pensamento de outrem não deve ser remontar simplesmente aos contextos de suas intenções, nem tampouco seguir um caminho histórico e linear anterior para que se encontre a sua novidade e ineditismo; não seria, outrossim, buscar aquilo que de há muito se quer encontrar, qual a solução de um impasse. A historiografia, em que se aloja o pensador ou teórico, não determina o alcance de seu dizer e de sua experiência, ainda que, no seu pensamento, tal horizonte de abordagem, que colocamos à sua face (*thésis*) encerre uma antítese. Assim, a historicidade se dimensionará como a condição de surgimento do pensar do teórico, como o acontecimento facultador do seu questionar, em que o mais digno de ser cuidado é a própria questão na qual a teoria se enreda e se posiciona a partir do seu vislumbre, sem jamais ser reduzida a um trajeto historiográfico. Nisso está o sentido primeiro do que se chama *Theoría* (aglutinação de *Théa*, o perfil como algo é e se mostra e *Horáo*, ver, enxergar)¹.

Claro está, no entanto, que evocar as questões será trazê-las já guarnecidas de um enxergar, de uma visão, sem jamais serem tomadas em um estado desnudo, posto que nosso propósito é pensá-las no horizonte do teórico em causa, Wolfgang Iser. Das questões, pois, valer-nos-emos, a fim de estabelecer o nosso percurso e a fim de refletir a abordagem que, em cada

¹ HEIDEGGER, Martin. Ciência e pensamento do sentido. In: Ensaios e Conferências. Petrópolis: Vozes, 2002. p.47-49.

qual, ele constrói. Serão também as questões lobrigadas na reflexão de Iser que possibilitarão um diálogo do nosso horizonte de pensamento com o dele. Esse é o método que propomos: abrir caminhos de pensamento mediante o diálogo incessante de nossas diferentes vozes frente àquilo que se nos coloca como questão.

A crítica às perspectivas assestadas sedimenta uma face deste ensaio, de modo que haverá os imperiosos pontos assentes. Criticar (*kríno*), por índole, confrange à duplicidade e ao discernimento. Isso para que se entenda não se tratar aqui de uma negação estéril, mas de um movimento de assentimento e dissentimento; uma dinâmica sem a qual também não haveria questão, senão tão-somente asseverações finalizadoras. Buscaremos, então, concepções reputadas positivas para se indigitar e, noutra instante, as negativas; todavia, isso deve se dar em um mesmo fluxo discursivo e não num texto de corpo estritamente analítico. Vale dizer, por fim, que este ensaio é uma interpretação da reflexão do teórico e não a reprodução tautológica e comunicadora de suas idéias.

Questões e Críticas acerca da teoria de Wolfgang Iser

A primeira questão que se assoma no pensamento de Iser, não tanto pela ordem das suas colocações, senão pela presença obstinada que ela mostra na medida em que deve ser um pressuposto a toda sua reflexão, é a instância do leitor e de sua leitura. O que, no entanto, significa a tomada do leitor e de sua leitura como o princípio de sua teoria é, já de si, partir de um outro pressuposto, que é o mais anterior, ainda que pelo menos em dignidade. Esse aprofundamento que nos leva aos pressupostos se mostra na sua preocupação de investigar os fundamentos em que se movem aquele que lê e o seu procedimento. Esses se movem, para o teórico em causa, no Imaginário; o que é esse último e em que se funda é a essencial de suas perguntas, uma vez que ele se encontra como a própria possibilidade da leitura e do leitor.

Para responder a essa questão, o teórico perfaz um breve histórico sobre o conceito do Imaginário e de como diverge do de Fantasia, denotando na verdade as suas afinidades, das quais as mais predominantes são i) a capacidade de autoconstituição do sujeito, já na compreensão de uma

constante modificação da imaginação, posta por Coleridge, e ii) a filosofia de Sartre em seu embasamento, a saber, o seu “nada” e a construção atualizadora do indivíduo e de uma consciência de realidade.

No entanto, a essa fórmula “autoconstituição do sujeito” deve-se uma explicação do seu sentido, já que o termo “sujeito” é, numa certa medida, abandonado pelo teórico. Esse termo não designa uma complexidade determinada psiquicamente em que se processaria uma vivência solipsa e dissociada que, embora passível de expressão e externalização, somente concentra os afetos do indivíduo, construídos sem a presença de um parâmetro exógeno prevalente. Não é, então, uma categoria psicológica de sustentação para a maneira de ser de cada um – na qual se é o conhecido-, porque, nessa compreensão, haveria a elaboração de um fundamento na construção do indivíduo, sendo esse fundamento um determinador das suas potencialidades e atualizações e, outrossim, aquilo que o fecha para as concretizações do desconhecido. Esse sujeito de formulação psicológica não se aprestaria, por definição, a uma autoconstituição, posto que se modificar seria solapar seu próprio fundamento. Tal sujeito interviria desfavorável na leitura sempre construtiva, reformuladora, não linear e sem fim. Entendendo-se fim como o que acaba, ou finaliza a obra sempre de maneira concludente. Desse modo, na verdade, as determinações do que se lê são postas previamente pelo alcance do leitor e de seu fundamento.

Se Iser não pensa como esse essencialismo, é preciso perceber, no seu pensar, o indivíduo enquanto leitor e como ele escapa a essa categoria psicológica.

A autoconstituição do sujeito, entanto, implica uma resignificação do que é esse sujeito e reflete sobre seu fundamento, ou se é fundamento. Isso deve ser visto em relação à obra literária que o leitor toma diante de si para se fazer no que ainda não é e, de fato, permitir à obra seu próprio surgimento. Até então, não há a obra em sua concretização. É relevante atentar que, embora não seja meramente uma impressão psicológica, a consciência aí é fundamental, e logo se pode perceber, por isso, que o caráter da obra é essencialmente antropológico. Ou seja, ela se eleva somente pelo homem e pela sua atividade, seja aí a leitura.

O que se nos antolha evidente a partir disso é que o leitor diante do não-feito que é a obra está sempre a reestruturar a leitura sem jamais terminá-la, mas fá-la cíclica, sem ter como empenho uma totalização, ou uma sua concepção fechada, e sem anelar também um caminho de conclusão teleológica. A construção de sua leitura se dá por infindas possibilidades de relações, catalisadas pelas lacunas da obra e pela incessante modificação de toda objetivação. Tais lacunas são a força de transformação que envolve a consciência e o imaginário e, por conseguinte, as mudanças do leitor. Esse não é o detentor do imaginário, porém o retém na consciência, pondo-o frágil à metamorfose e a reconstrução, de modo que, quando do jogo dinâmico das relações que estabelece no ler e reler, o universo tomado por tal conceito mostra-se diferente e reinventado. A partir disso, também se daria a sua autoconstrução, ou a reconstrução de sua consciência das coisas e de si. Mas não só isso, pois o próprio indivíduo recairia em possibilidades infinitas onde o conhecido se abre ao desconhecido, reformulando-se a partir das leituras da obra.

Essa dinâmica é inevitavelmente um caminho de devir para o leitor, de retirada de seu próprio chão, em que sua reputação em face da realidade é suspensa mediante as concretizações da obra; e seu conhecimento do real é irrealizado para dar lugar a uma nova construção epistêmica. Configura-se, assim, um questionamento sobre o saber e não-saber. Tal dinâmica, sem dúvida, proscreve a suposição de um sujeito psicológico, conforme colocado; todavia, ainda parece persistir aí um outro fundamento.

A crítica que deve se seguir aqui é que se evidencia, conjuntamente ao encimado, a relação epistêmica como condição de leitura e de mudança. A consciência e o imaginário são imbricados na medida em que este é objetivado por aquela. O que se coloca, então, é a presença de um irreduzível sujeito, uma vez que naquilo em que vige toda a objetivação vigora inextricavelmente também a subjetivação, pois todo objetivar implica uma subjetividade que o executa, esta imbricação está no cerne de toda epistemologia. O sujeito seria, pois, aquele que age com sua consciência e, objetivando, concretiza a obra, ainda que num sentido de abertura ou disposição para a mudança. Por isso, a obra é essencialmente o fruto de sua atividade, nunca sendo a própria ação original, mas tendo uma causa necessária. Tal discussão acerca do sujeito

será aqui fulcral, porque pensamos ser ele fundamental também na teoria de Iser. Por mais negligenciado que possa nela ter sido, o sujeito será sempre uma pressuposição. Ainda que não questionada por Iser, e talvez justamente por isso, essa pressuposição permanece como herança filosófica.

A despeito de Iser afiançar não uma objetividade, mas um objeto imaginário, que se calca numa relação de ausência, o sujeito há de permanecer como presença na consciência e, por isso, presença irreduzível e condição do próprio objeto.

A assertiva acima, porém, não poderia se deter a essa altura da reflexão, uma vez que seria precipitada e negligenciaria todo esforço da busca de um nada como o sem-fundo dos fundamentos objectuais. Vejamos que o teórico erige sua reflexão no método fenomenológico até dele se desarraigar, em busca de um nada radical; e nessa passagem está sua tentativa de fazer da idéia um nada sem-fundo em que a própria intencionalidade da consciência perdesse sua força.

O caminho fenomenológico do qual lança mão assiste na fenomenologia sartreana, que investiga o nada a partir do ato de idear. De forma evidente, esse é o procedimento e método de investigação adotado por seu predecessor nesta orientação filosófica, Husserl.

No entanto, a reflexão de Sartre não segue estritamente o caminho proposto por Husserl, na medida em que este não tem o fito de alcançar o que àquele interessa precipuamente, o seu nada. Para tanto, Sartre estagna a reflexão da 'redução fenomenológica' de Husserl a fim de deter-se na sua 'redução eidética', que, na verdade, é contemplada e seguida por Iser no 'ato de idear'. Esclarecemos antes de continuar que, para esse teórico, o método empreendido por Sartre não comportaria necessariamente um sujeito, haja vista que nele o que mais interessará é a consciência como motivação para o imaginário. Talvez, concordemos que nessa atitude de leitura o sujeito pode não ser tematizado, mas é, inegavelmente, o que subjaz, a todo momento, à consciência na investigação fenomenológica.

Na apresentação do teórico, o imaginário tem sua constituição no que chamamos de não fundamento da idéia. A idéia que presentifica e atualiza o que é ausência remete a um fundamento não existente, portanto, não-fundamento - o que se vê é uma idéia cuja consciência não dispõe plenamente

a intencionalidade, tornando-se sem fundo. O que é sem-fundo, todavia, deveria ser uma emersão do próprio nada, mas não é isso que se perpetra aí; por isso, suspendemos essa expressão que determinaria uma diferença crucial do nada em discussão para o nada visto por um filósofo como Heidegger. O sem-fundo, pois, aqui é tão-somente a não existência intencional de um fundamento.

Para o imaginário essa é uma distinção, outrossim, essencial. O nada, como uma face de toda idéia atualizadora da presença de algo ausente ou não existente, dá a possibilidade de constituição do imaginário que não se encontra mais com o domínio pleno da consciência, senão por uma anuência que o permite ser engendrado. Desse nada, nada surge, mas se engendra como idéia. Nesse pensamento, o nada é. E o que é só pode ser enquanto ente. Essa concepção de nada consiste na entificação, ainda que esta seja pela ausência.

Numa reflexão heideggeriana, poder-se-ia dizer que o imaginário de Iser não é mais do que a entificação do nada. Ou seja, a construção feita a partir da ausência ou da não existência.

Para Iser, o imaginário é o que permite as possíveis realizações da realidade, ou melhor, possibilita a atualização e propriamente aquilo a que se chama realidade. Tem-se, pois, o “imaginário radical”. Voltando a questão do leitor, que há de encontrar-se diante da obra que o concita a experienciar tais questões, esse imaginário propiciaria as condições de reconstrução e mudança da realidade, jogando na sua leitura com a irrealização da mesma. Tal procedimento teria como consequência a autoconstrução do próprio indivíduo. Vale dizer que essa radicalidade está também presente no pensamento de Sartre, embora não em sua fase mais fenomenológica. A escolha de Iser em mencionar somente “o primeiro Sartre”, para dar continuidade com Castoriades, não seria jamais uma opção de predileção por uma abrangência filosófica, mas é sem dúvida a decisão por uma teoria essencialmente epistêmica.

A insistência na visão epistemológica por parte do teórico, visto que não abre sua sistematização a um processo gnosiológico mais amplo, repousa na sua dimensão antropológica em que toda a ação é empreendida e atrelada ao homem como o próprio construtor e discretizador da realidade e, por

consequente, de si. Há de se entender nisso, outrossim, o seu caráter humanista. No humanismo, o homem é o feitor de seu derredor e intervém nele com uma natureza distinta. Ele concebe o mundo e nele intervém por sua própria decisão de sujeito (*sub-jectum, hypokeímenon*) do mundo, o mundo se sustenta nele e surge na sua atividade, tudo se eleva e levanta por ele, que é a medida. A obra, neste sentido, mesmo que seja concebida com as lacunas do nada, modificando o homem pelo imaginário e sua reconstrução de modo inaudito, nunca surpreenderá o leitor por um elevar-se a si mesma perpassado naquele que lê; pois será o leitor aquele que lhe atribui sempre e a cada vez o seu sentido e a causa primeira da sua edificação. O sujeito que aí age torna-se o alcance limite de toda transformação, de maneira que ele mesmo deve permanecer intocado, como um fundamento e causa de tudo, já que o nada é apenas uma ausência a ser ocupada nas suas concretizações de leitor.

Assim, toda mudança e construção nessa dimensão epistemológica jamais pode surpreender, pois surpreender é antes destituir o homem da ação que ele empreende por si mesmo para dar lugar a outra vigência surgida do nada e que funda sua própria ação, sem uma entificação epistêmica para isso.

O caráter exclusivamente antropológico e humanista da Teoria de Iser está não só nesse conceito do imaginário, como também no conceito do fictício, já que se fundam inteiramente na atividade e decisão do leitor dentro de uma dimensão epistêmica. Para o teórico, o fictício seria aquilo que possibilita a obra e o que ele chama de irrealização. O problema está em que o fictício só “irrealiza” o que estava realizado para dar lugar a uma nova versão da consciência da realidade, sempre visando a uma reorganização, embora não fechada.

A condição de possibilidade da obra está, por assim dizer, radicada inteiramente no próprio leitor, sendo este, pois, um sujeito epistemológico. Deste modo, poderíamos pensar que a linguagem manifestada na obra, e com a obra, é uma produção do leitor que, a partir de suas relações no jogo de sua leitura, confere-lhe um sentido que estará sempre no alcance de suas concretizações como os movimentos possíveis desse jogo. A obra torna-se um campo potencial de múltiplas leituras e sentidos, a depender do leitor. Esse aspecto de campo potencial de infinitas e infindas leituras, não guarda, no entanto, a possibilidade do silêncio, posto que esse seria entendido apenas

enquanto não transformação ou a apatia do sujeito-leitor que não quer mudar - e seria assim entendido, porque nessa dinâmica teórica o próprio silêncio não existe, senão como nada entificado, e porque a obra nunca se dirige ao leitor, senão sempre ele que se dirige a obra, posto que é o sujeito da relação que a entifica. Ou seja, nessa dinâmica a linguagem não fala, mas somente o sujeito é que diz a obra, pois ela só pode afetá-lo naquilo que se coloca à mudança e que é imanente a sua condição de leitor. A 'póiesis' é somente uma ação sustentada e levantada pelo próprio sujeito, sendo esta causa de seus efeitos, por isso é o leitor que opera a obra quando da sua leitura. Sendo assim, o fictício, visto como algo imanente a essa ação, no caso, ao ato de fingir, seria uma instância sustentada no leitor ou no fator da obra, sendo esse entendido como sujeito. O sujeito-leitor articula o imaginário e o fictício na leitura da obra - no fictício assistiria sua ação e produção; já no imaginário, a vigência produzida. Esse é o engaste de interação entre ambos, o fictício e o imaginário, as condições que possibilitam a obra, para lser.

Por fim, deve-se falar um pouco dessa relação particular de mobilização do imaginário que se dá com o fictício.

Essa relação seria peculiar na medida em que o fictício guarda uma dualidade simultânea e de interpenetração, ainda que também de oposição. A obra, pelo fictício, propõe um jogo de multiplicidade indeterminável, haja vista não trazer no acesso ao imaginário uma intencionalidade e finalidade para seu arranjo; ou seja, não há, na dinâmica das relações de ir e vir do jogo, provocado pela leitura da realidade da obra - agora dual -, a modelagem transitória para uma meta específica a ser cumprida pela mobilidade do imaginário. Isso abriria à obra seus sentidos e construções intermináveis. Esse caráter dual do fictício lançaria o leitor num questionamento diante de sua "iteração", conciliação das oposições de duas realidades excludentes, em que uma nega outra no instante em que se afirma. Toda afirmação de uma realidade, pressupondo uma negação de outra, terminaria propiciando uma desorganização. Esta desorganização, por sua vez, teria o potencial de suscitar eventos.

Novamente, ao que parece, a negação é o que está em questão para definir o próprio conceito do imaginário. Uma negação, no entanto, não é o nada, mas uma estruturação a partir da qual ele se entifica enquanto objeto na

consciência, ainda que essa esteja em mobilidade. A nosso ver, tal processo só poderia se dar pressupondo um sujeito, que seria o leitor, para se pôr numa dimensão epistêmica. Nessa relação epistêmica e nessa entificação do nada reside a nossa maior crítica a Teoria de Wolfgang Iser.

Referências Bibliográficas

HEIDEGGER, Martin. *A questão da técnica*. In: Ensaaios e Conferências. Petrópolis: Vozes, 2002.

HEIDEGGER, Martin. *Ciência e pensamento do sentido*. In: Ensaaios e Conferências. Petrópolis: Vozes, 2002.

HEIDEGGER, Martin. *Introdução à Metafísica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

ISER, Wolfgang. *O Fictício e o Imaginário – Perspectivas de uma antropologia literária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

NUNES, Benedito. *Passagem para o Poético – Filosofia e poesia em Heidegger*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

YARZA, Florencio I. Sebastián. *Diccionario Grieco-Español*. Barcelona: Editorial Ramón Sopena, 1945.